

Trajectoria e Perspectivas do Turismo com Cavalos-Marinheiros no Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará

Jerônimo Carvalho Martins¹, Alessandra Fontana¹, Rosana Beatriz Silveira² & Marcelo Derzi Vidal¹

Recebido em 30/04/2021 – Aceito em 06/10/2021

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <jeromoo@yahoo.com, alessandra.fontana@icmbio.gov.br, marcelo.vidal@icmbio.gov.br>.

² Instituto Hippocampus, Brasil. <labaquac@yahoo.com>.

RESUMO – Este trabalho apresenta resultados da parceria entre o Parque Nacional de Jericoacoara/CE e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais para caracterização e manejo do turismo com cavalos-marinheiros realizado no Parque desde 2006, com vistas ao ordenamento desta atividade e sua adequação às normativas internas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. No desenvolvimento do trabalho foi realizado o resgate histórico dessa atividade no Parque e oficinas de capacitação dos condutores de visitantes que nela atuam. Dentre os resultados alcançados estão: o diagnóstico da atividade, a capacitação dos condutores e intercâmbio de informações entre diferentes setores envolvidos, verificando-se a necessidade de sua requalificação. Conclui-se que é necessário que o ordenamento do turismo com cavalos-marinheiros no Parque continue a ocorrer de forma participativa e pautado nos instrumentos de gestão da unidade, trazendo novas perspectivas para seu desenvolvimento e contribuindo para que ele ocorra de acordo com a sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Áreas protegidas; educação ambiental; fauna silvestre; uso público.

Trajectory and Perspectives of Tourism with Seahorses in the Jericoacoara National Park, Ceará

ABSTRACT – This work presents the results of the partnership between the National Park of Jericoacoara/CE and the National Center for Research and Conservation of Sociobiodiversity Associated with Traditional Peoples and Communities for the characterization and management of tourism with seahorses carried out in the Park since the mid-2000s, with a view to the organization of this activity and its adaptation to the internal regulations of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation. During the development of the work, the historical recovery of this activity in the Park was carried out, as well as training workshops for the conductors of visitors who work there. Among the results achieved are: the diagnosis of the activity, training of conductors and exchange of information between different sectors involved, verifying the need for their requalification. It is concluded that it is necessary that the planning of tourism with seahorses in the Park continues to occur in a participatory manner and based on the unit's management instruments, bringing new perspectives for its development and contributing to its development in accordance with socio-environmental sustainability.

Keywords: Protected areas; environmental education; wildlife; public use.

Trayectoria y Perspectivas del Turismo con Caballitos de Mar en el Parque Nacional Jericoacoara, Ceará

Resumen – Este trabajo presenta los resultados de la alianza entre el Parque Nacional Jericoacoara/CE y el Centro Nacional de Investigación y Conservación de la Sociobiodiversidad Asociada a Pueblos y Comunidades Tradicionales para la caracterización y manejo del turismo de caballitos de mar realizado en el Parque desde 2006, con miras a organizar esta actividad y adecuarla al reglamento

interno del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad. En el desarrollo del trabajo se realizó el rescate histórico de esta actividad en el Parque y talleres de capacitación a los conductores de visitantes que laboran en el mismo. Entre los resultados alcanzados están: diagnóstico de la actividad, capacitación de los conductores e intercambio de información entre los diferentes sectores involucrados, verificando la necesidad de su recualificación. Se concluye que es necesario que la planificación del turismo con caballitos de mar en el Parque continúe ocurriendo de forma participativa y con base en los instrumentos de gestión de la unidad, trayendo nuevas perspectivas para su desarrollo y contribuyendo a su ocurrencia de acuerdo con la sostenibilidad socioambiental.

Palabras llave: Áreas protegidas; educación ambiental; fauna silvestre; uso público.

Introdução

O ecoturismo surgiu na América Latina e Caribe nos anos 1960, em países como Costa Rica, Equador e Peru, motivado pela necessidade de proteger a biodiversidade existente nesses territórios, alvo de empreendimentos com alto potencial de degradação, como a extração de petróleo e a construção de hidrelétricas (Sundström, 2003).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) caracteriza o ecoturismo como um segmento turístico em que a motivação dos visitantes é a observação da natureza e das culturas tradicionais existentes em áreas naturais, e, de maneira geral, os prestadores de serviço neste segmento tendem a operar empreendimentos pequenos e localizados, minimizando impactos sobre os ambientes natural e sociocultural (UNWTO, 2002). Assim, a atividade ecoturística apoia a conservação das áreas onde é realizada ao (i) gerar benefícios econômicos para as comunidades locais e organizações que manejam áreas naturais visando a conservação; (ii) prover alternativas de emprego e renda; e (iii) aumentar a consciência sobre a conservação dos atributos naturais e culturais dessas áreas entre as populações locais e os visitantes.

No Brasil a institucionalização das discussões sobre o ecoturismo remonta à década de 1980, com a criação do projeto “Turismo Ecológico” pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Poucos anos depois foi criada uma Comissão Técnica Nacional em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de ordenar o segmento. Essas iniciativas originaram-se da percepção de que o ecoturismo não pode ser norteado pelo turismo de massa, que atua como atividade degradadora

da sociobiodiversidade, especialmente quando ocorre em unidades de conservação (UCs) (MTur, 2010). Assim, o adequado planejamento, monitoramento e, caso necessário, ordenamento das atividades ecoturísticas é fundamental para que esse segmento do turismo auxilie as UCs a cumprirem seu papel, em especial aquelas cujos objetivos envolvam o uso público, bem como auxiliem as comunidades locais na busca por alternativas sustentáveis de renda.

Para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), há o entendimento de que o uso público é uma importante ferramenta de conservação da natureza e aliado estratégico da proteção das UCs. A presença de visitantes, assim como de pesquisadores e voluntários, auxilia no monitoramento das atividades nas UCs e colabora para inibir práticas ilícitas que podem ocorrer em seu interior (ICMBio, 2018).

Interações turísticas com a fauna silvestre, uma das atividades desenvolvidas no ecoturismo, podem envolver observação, toque, oferta alimentar, mergulho e natação com as espécies foco, e têm um papel importante no turismo, principalmente quando realizadas com espécies icônicas e carismáticas (Reynolds & Braithwaite, 2001; Orams, 2002; Tremblay, 2002; Curtin, 2009; Nakamura & Nishida, 2009; Vidal *et al.*, 2020).

Considerado um país megadiverso, o Brasil tem apresentado um crescimento no turismo voltado para interações com a fauna silvestre, especialmente em áreas protegidas, como as UCs (Mittermeier *et al.*, 1997; 2005; Brasil, 2009). No entanto, há um correspondente crescimento na quantidade de literatura que considera que estas interações devem ser adequadamente monitoradas e manejadas (Duffus & Dearden,

1993; Orams, 2002; Smith *et al.*, 2008), de modo a não comprometerem o ambiente, a segurança dos visitantes e o bem-estar das espécies (Orams, 1996; Boo, 2001; Romagnoli, 2009).

No Brasil são reconhecidas três espécies de cavalos-marinhos: *Hippocampus patagonicus*, *H. erectus* e *H. reidi*, conforme Figura 1 (Silveira *et al.*, 2014) (Figura 1).

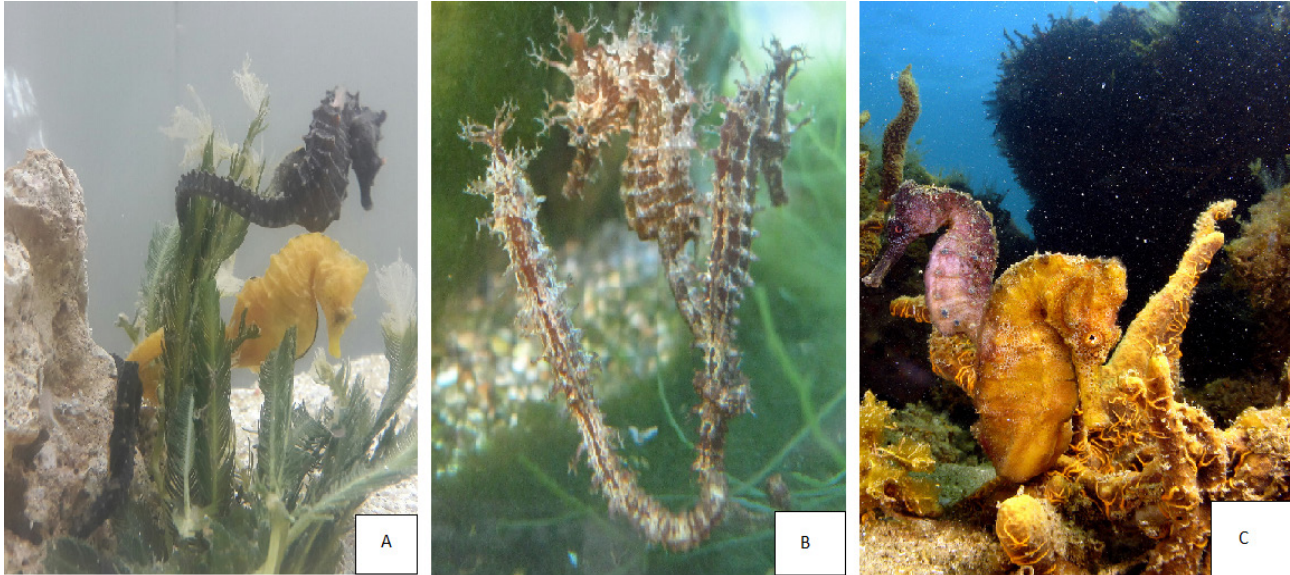


Figura 1 – (A) *H. patagonicus*; (B) *H. erectus*; (C) *H. reidi*.
Fonte: www.hippocampus.org.br (2021).

H. erectus e *H. reidi* distribuem-se amplamente na costa brasileira, enquanto *H.*

patagonicus tem registros do litoral do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, conforme mapa da Figura 2:

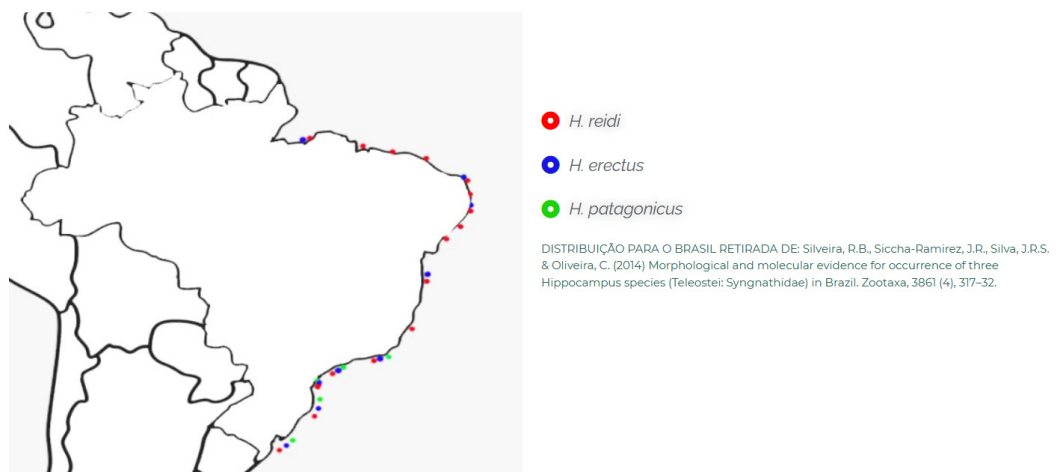


Figura 2 – Distribuição de espécies cavalos-marinhos no litoral brasileiro.
Fonte: www.hippocampus.org.br (2021).

As três espécies constam na Lista Brasileira de Fauna Ameaçada de Extinção (MMA, 2014) e na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 2021). A presença desses animais em redes de arrasto é frequente e eles são secos ao sol e vendidos para turistas como *souvenir* ou usados como remédio (Silveira, 2005; Rosa *et al.*, 2005). Além disso, existe um comércio intenso de cavalos-marinhos vivos para fins ornamentais, que é amplamente baseado em exemplares de *H. reidi* capturados nas regiões Norte e Nordeste (Gasparini *et al.*, 2005; IBAMA, 2011).

Na contramão dessas atividades de uso direto do recurso, o turismo de interação com os cavalos-marinhos pode se apresentar como uma alternativa de menor impacto. Planejado adequadamente, o turismo com fauna pode gerar impactos positivos, uma vez que o contato com os animais amplia a curiosidade das pessoas e, desta forma, o seu conhecimento, sendo assim uma importante ferramenta para sensibilização (Vidal, 2011). A interação turística com a fauna silvestre pode ser ainda uma oportunidade para o desenvolvimento de uma reflexão sobre os impactos da ação humana no ambiente, já que a educação e a interpretação ambiental são normalmente parte do turismo voltado para a interação com estes animais (Newsome *et al.*, 2005; Vidal *et al.*, 2019).

O Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), no estado do Ceará CE), foi o terceiro parque nacional mais visitado do Brasil (ICMBio, 2019), antes da ocorrência da pandemia de Covid-19, sendo utilizado por diversos operadores que promovem diferentes atividades de uso público, como banhos em lagoas e no mar, esportes náuticos, corrida, ciclismo, natação, *trekking*, contemplação da paisagem e observação da fauna silvestre. O turismo com cavalos-marinhos deriva dessa última atividade de ecoturismo, porém, no PNJ a interação turística com estes animais vai além da observação, já que durante passeios embarcados ocorre a contenção temporária dos animais em recipientes de vidro, algo controverso e cujos impactos na fisiologia e parâmetros populacionais dos cavalos-marinhos permanecem desconhecidos.

Este artigo é apresentado o histórico do turismo com cavalos-marinhos no Parque Nacional de Jericoacoara e discutidas medidas implementadas para melhor qualificar os atores relacionados a esta prática turística e fortalecer a conservação dos cavalos-marinhos na região. O objetivo é contribuir para iniciativas de ordenamento do turismo com fauna em outras áreas protegidas por meio de processos participativos que auxiliem na conservação das espécies e fortaleçam as relações entre gestores de áreas protegidas e atores diretamente envolvidos na prestação de serviços turísticos, a partir da sistematização e análise do trabalho realizado no PNJ até o momento.

Material e Métodos

Para se alcançar os objetivos e desdobramentos propostos para este trabalho, realizaram-se os seguintes passos:

1. Descrição e análise do contexto geral da visitação no Parque Nacional de Jericoacoara e, em específico, o turismo com cavalos-marinhos, levantando dados históricos.
2. Levantamento de dados sobre o processo de elaboração da Portaria nº 579 de 2017, que regulamenta a atividade, trazendo segurança jurídica aos envolvidos e permitindo uma compreensão da necessidade de ordenamento desta atividade por parte da gestão da unidade de conservação.
3. Elaboração de estratégias para a adequação do turismo com cavalos-marinhos à Portaria, com base em experiências exitosas de turismo com fauna em outras UCs do ICMBio.
4. Proposição e execução de processos formativos desenvolvidos especificamente para adequação dos operadores à Portaria nº 579/2017.
5. Envolvimento de outros atores sociais no planejamento do turismo com cavalos-marinhos, com vistas à replicabilidade da experiência em outras localidades.

Abaixo são descritas detalhadamente cada uma das etapas citadas.

1. O contexto da visitação no Parque Nacional de Jericoacoara e o turismo com cavalos-marinhos

As interações turísticas com cavalos-marinhos através de passeios de jangada ou canoa são realizadas no Brasil desde 1995 (Silveira *et al.*, 2018). O “passeio do cavalo-marinho” mais antigo é o realizado no município de Ipojuca, estado de

Pernambuco (PE), na Área de Proteção Ambiental (APA) Estuarina dos Rios Sirinhaém e Maracaípe, UC estadual; após ele, vem o que acontece em Jericoacoara (Comunicação pessoal de Raimundo Nonato Rodrigues, em 27/11/2021) e, em seguida, o que ocorre no município de Cajueiro da Praia, dentro da APA Delta do Parnaíba, UC federal localizada no Piauí (PI). A Figura 3 apresenta a localização do PNJ, com destaque em azul escuro para a região onde é realizado o turismo com cavalos-marinhos.

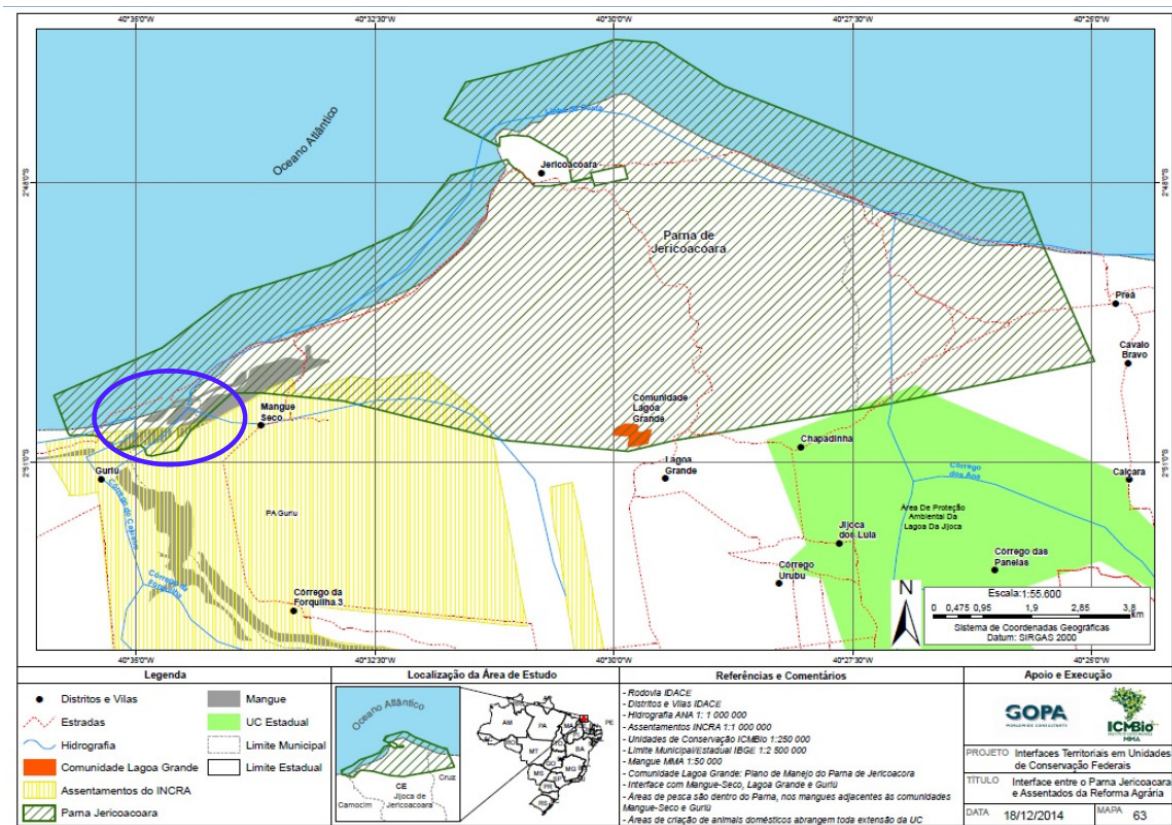


Figura 3 – Localização do PNJ e da região onde ocorre o turismo com cavalos-marinhos. Fonte: ICMBio, 2011.

No PNJ, o turismo com cavalos-marinhos é focado na espécie *H. reidi*. A atividade baseia-se na procura do animal nas áreas mais rasas do manguezal e sua contenção temporária em recipiente de vidro com água, que é então repassado aos visitantes presentes nas canoas utilizadas para deslocamento (Figura 1). Após a observação do cavalo-marinho pelos visitantes, ele é colocado de volta no local onde foi capturado.

O plano de manejo do PNJ, publicado em 2011 (ICMBio, 2011), propõe uma série de medidas, inclusive aquelas cujo foco é a conservação dos cavalos-marinhos na região

onde se realizam as interações turísticas com estes animais. Essas ações envolvem, dentre outras: a caracterização e o monitoramento da fauna e flora, capacitação de condutores de visitantes para o desenvolvimento de atividades de uso público menos impactantes na região de manguezal onde é feito o passeio – inclusive o estímulo a atividades ainda não desenvolvidas, como a observação de aves e outras espécies de ocorrência local.

Além das ações focadas no turismo com cavalos-marinhos, há também outras direcionadas à conservação do manguezal, como a instalação de infraestrutura que diminua os impactos negativos

do turismo no ambiente, como por exemplo um atracadouro para as canoas utilizadas nos passeios, trilhas suspensas para a realização de caminhadas, e ajustes nas vias de acesso na região do passeio.

O plano de manejo estabelece também que devem ser elaboradas regulamentações específicas dos usos da UC pelos diversos operadores de turismo, entre eles os condutores do passeio do cavalo-marinho.



Figura 4 – Visitantes em interação turística com cavalos-marinhos no Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará.

Fonte: Marcelo Vidal, 2018.

No período de 2011 a 2015, desenvolveu-se no Parque Nacional de Jericoacoara uma pesquisa para conhecimento do estado de conservação dos cavalos-marinhos envolvidos na exploração turística. Numa parceria com o Instituto Hippocampus, Organização não Governamental (ONG) localizada no município de Ipojuca (PE) dedicada à conservação de cavalos-marinhos, com foco em pesquisa científica, educação ambiental e direitos humanos e executora do Projeto Hippocampus, voltado à conservação e cavalos-marinhos, foram levantadas importantes informações, como espécie ocorrente na área, período reprodutivo, tamanho de primeira maturação gonadal, densidade e flutuação populacional, proporção sexual, entre outros. A pesquisa detectou uma diminuição significativa na densidade populacional dos cavalos-marinhos ao longo dos anos (Silveira, R.B. 2005), corroborando a necessidade de regulamentação e ordenamento da atividade turística.

2. O processo de elaboração da Portaria nº 579, de 2017

Em cumprimento ao disposto no plano de manejo do Parque, que prevê a regulamentação e o ordenamento do uso público por meio da elaboração de portarias institucionais, em novembro de 2013 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do conselho da UC para elaboração de uma portaria visando regulamentar a condução de visitantes em passeios terrestres e embarcados. O GT envolveu técnicos do ICMBio e das prefeituras dos municípios de Cruz e de Jijoca de Jericoacoara/CE, e lideranças dos condutores de turismo com cavalos-marinhos.

Em uma primeira reunião do GT, realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi feita uma análise situacional da UC, em que se destacaram os pontos positivos e negativos da atividade de condução de visitantes no passeio do cavalo-marinho (Quadro 1). Posteriormente, discutiu-se

com os participantes qual seria a situação ideal almejada, sendo indicados os seguintes aspectos: (i) todos os condutores capacitados e associados; (ii) sinalização informativa; (iii) condutores credenciados e autorizados pelo ICMBio; (iv) não existência de pesca predatória; e (v) fiscalização permanente do ICMBio.

Quadro 1 – Aspectos positivos e negativos do passeio do cavalo-marinho identificados em fevereiro de 2014.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Embarcações (canoas) regulares perante a Marinha do Brasil	Nem todos os canoeiros foram capacitados pelo Projeto Hippocampus
Associação dos canoeiros do passeio do cavalo-marinho regularizada e funcionando	“Canoeiro pirata” (não associado) em um dos locais que oferecem o passeio
Diversos canoeiros foram capacitados pelo Projeto Hippocampus	Manipulação errada pode causar prejuízo ao cavalo-marinho
Diminuição da pesca predatória no local (por exemplo a realizada com uso de tarrafa, que acaba por capturar os cavalos-marinhos)	Canoeiros não credenciados ou autorizados pelo ICMBio
Canoeiros notaram aumento na população de cavalos-marinhos	Carcinicultura no rio Guriú pode causar prejuízos aos cavalos-marinhos
Canoeiros são parceiros do ICMBio na proteção do manguezal do rio Guriú	
Presença do Projeto Hippocampus	

Fonte: ICMBio, 2015.

Em uma segunda reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2014, formularam-se as diretrizes e normas (Quadro 2) a partir das quais se regulamentou a atividade dos condutores de visitantes no turismo com cavalos-marinhos.

Quadro 2 – Diretrizes e normas pactuadas com os condutores do passeio do cavalo-marinho, 2014.

Diretriz	Norma pactuada
Manejo do cavalo-marinho	O manejo do cavalo-marinho deverá considerar as recomendações técnicas do Instituto Hippocampus
Credenciamento	Para efeito de credenciamento serão exigidos certificados de cursos obrigatórios, CPF, RG, comprovante de residência, além de documentos exigidos pela Marinha do Brasil (condutor e embarcação)

Uniforme e identificação	Os canoeiros do passeio do cavalo-marinho deverão estar uniformizados com camisetas de cores diferentes para cada empreendimento que oferece a atividade, e contendo as logomarcas do Parque e ICMBio, ficando facultativo a logomarca de patrocinadores, controle numérico de visitantes e crachá de identificação de cada canoeiro
Sinalização	A sinalização dos empreendimentos que oferecem o passeio do cavalo-marinho deverá contar com placas educativas (informando sobre a biota local), normativas (informando as regras do Parque) e de boas-vindas
Capacitação	A emissão de autorização para exercício da atividade de canoeiro no passeio do cavalo-marinho fica condicionada à participação prévia em capacitações sobre o Parque, a biologia do cavalo-marinho, primeiros socorros e atendimento ao público, dentre outros pertinentes
Limitação do número de embarcações	Serão emitidas autorizações para somente oito embarcações por empreendimento que ofereça o passeio do cavalo-marinho
Ordenamento espacial do passeio	Houve a demanda, mas não se avançou nesse ponto na elaboração da portaria
Caracterização da embarcação	A embarcação a ser utilizada no passeio deverá ser do tipo canoa, com capacidade máxima para 12 pessoas e propulsão humana (vara ou remo)
Punições	Em caso de descumprimento das normas, fica o canoeiro sujeito à advertência, na reincidência à suspensão, e em terceira infração à cassação da autorização
Contrapartidas	Os canoeiros deverão participar de no mínimo três eventos ambientais organizados pelo ICMBio por ano

Fonte: ICMBio, 2015.

O passo seguinte, dado em 07 de maio de 2014, foi a apresentação da minuta de portaria aos demais condutores de turismo, para que fossem feitos ajustes e contribuições. Em novembro de 2015 a minuta foi enviada para o ICMBio/Sede, que solicitou ajustes e a apresentação da versão ajustada ao conselho consultivo do Parque, o que ocorreu em 25 de agosto de 2016. O conselho gestor da UC indicou ajustes pontuais (correção de texto e acréscimo de curso sobre Primeiros Socorros entre as capacitações obrigatórias e, em outubro de 2017, a portaria foi publicada. A Figura 5 sintetiza as etapas do processo:

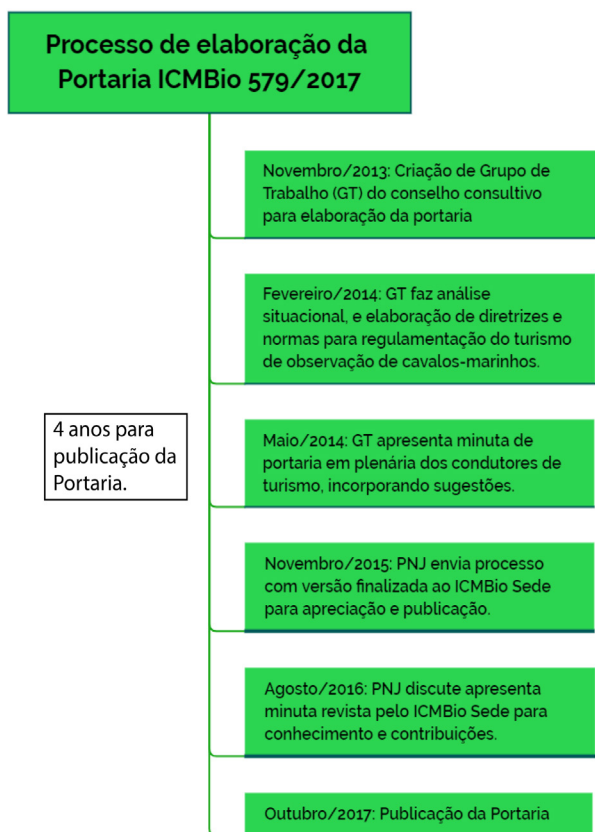


Figura 5 – Processo de elaboração da Portaria ICMBio nº 579/2017.

Fonte: O autor, 2021.

A Portaria nº 579, de 2017 (ICMBio, 2017), estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e autorização para o exercício de condução de visitantes para interagir com os cavalos-marinhos no Parque Nacional de Jericoacoara. O instrumento determina que os condutores participem de capacitações nas temáticas de Primeiros Socorros, Conductor de Turismo, e Ambientes e Normas do Parque Nacional de Jericoacoara.

3. Estratégias para adequação do turismo com cavalos-marinhos à portaria

Considerando a exitosa experiência de pesquisa e ordenamento do turismo interativo com botos (*Inia geoffrensis*) desenvolvida no Parque Nacional de Anavilhanas, no Amazonas (Vidal *et al.*, 2017), e buscando auxiliar os condutores de turismo que já atuavam nas interações com cavalos-marinhos a se adequarem ao cumprimento da Portaria nº 579, o Parque Nacional de Jericoacoara iniciou em 2018 uma parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada

a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) para caracterização e manejo do turismo com cavalos-marinhos (Autorização Sisbio nº 68165-1), no intuito de ordená-lo nesta UC.

Em março de 2018, um servidor do CNPT/ICMBio realizou o passeio do cavalo-marinho ofertado no Parque Nacional de Jericoacoara. Considerando que o objetivo desta “visita técnica” foi identificar, de forma mais fidedigna, o comportamento e as informações repassadas pelos condutores aos visitantes, o servidor não se identificou como integrante do órgão governamental responsável pela gestão da área protegida. No Quadro 3 são detalhados os aspectos identificados na visita.

Quadro 3 – Aspectos positivos e negativos do passeio do cavalo-marinho identificados em março de 2018.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Visitantes recebem um ingresso ao realizar o pagamento do passeio. Esse ingresso é recolhido pelo condutor quando os visitantes entram nas canoas	Desorganização dos condutores no momento de embarque dos visitantes nas canoas. Alguns condutores acusam outros de não respeitarem a “fila” de canoas para embarque
É obrigatório os visitantes utilizarem colete de flutuação (salva-vidas)	Aparentemente, a capacidade de passageiros de algumas canoas não é respeitada, causando assim risco e desconforto para os visitantes
As canoas e os coletes de flutuação estão em boas condições	Os recipientes de vidro onde são colocados os cavalos-marinhos são pequenos e, aparentemente, inadequados para a contenção dos animais durante as atividades de interação com os visitantes
As canoas são identificadas com nome e número de registro na Capitania dos Portos	Alguns condutores não devolvem os cavalos-marinhos à água logo após as interações com os visitantes, permanecendo, muitas vezes, os animais por um tempo desnecessário e potencialmente estressante
A quantidade e a qualidade das informações sobre a biologia dos cavalos-marinhos é bastante variável entre os condutores, o que demonstra um desnivelamento de conteúdo teórico entre estes atores	Considerando que, geralmente, os visitantes chegam em grupos ao mesmo tempo, as canoas também iniciam os passeios no mesmo momento, o que causa aglomeração de embarcações e visitantes em uma pequena área do manguezal utilizada para embarque

De maneira geral, os visitantes comportam-se de maneira adequada, respeitando as orientações recebidas sobre como se portar durante o passeio	Devido as embarcações deslocarem-se por uma pequena área de manguezal, um mesmo cavalo-marinho é, possivelmente, capturado várias vezes ao dia
As interações com os cavalos-marinhos instigam os visitantes a fazer diversas perguntas que, sendo bem respondidas pelo condutor, e associadas a um processo de interpretação ambiental, podem contribuir para a conservação da espécie e do ambiente manguezal	Outros atrativos do manguezal (pequenos mamíferos, aves, crustáceos, árvores) são pouco explorados durante o passeio de canoa

Fonte: ICMBio, 2015.

A partir do panorama identificado foi elaborado um projeto de pesquisa e manejo do turismo interativo com cavalos-marinhos, coordenado pelo CNPT/ICMBio e em parceria com o Instituto Hippocampus e o PNJ. Em junho de 2018, o projeto foi apresentado aos 25 condutores que realizam os passeios, residentes nas localidades de Guriú e Mangue Seco, nos municípios cearenses de Camocim e Jijoca de Jericoacoara (respectivamente), que recapitularam o histórico da atividade no Parque, conheceram o trabalho de pesquisa e ordenamento do turismo interativo com botos realizado no Parque Nacional de Anavilhanas, discutiram as atividades previstas no âmbito da pesquisa para o PNJ e elaboraram um cronograma de capacitações a serem realizadas. Outro ponto importante foi a identificação, sob a ótica dos próprios condutores, de quais instituições e atores apresentam maior envolvimento com a atividade (Figura 6).

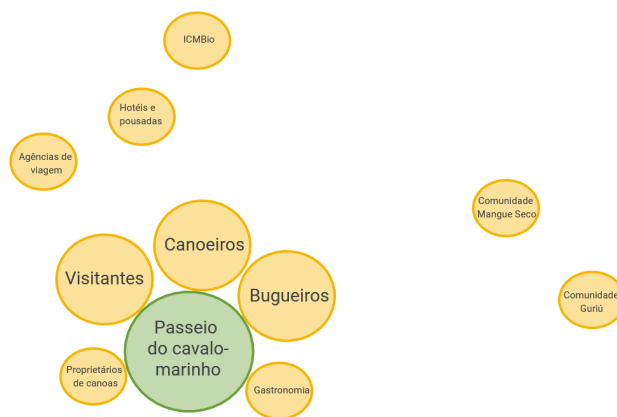


Figura 6 – Gráfico de dispersão da percepção dos condutores sobre o envolvimento de instituições e atores com o passeio do cavalo-marinho.

Fonte: O autor, 2021.

Na Figura 6, a importância das instituições e atores para a atividade é demonstrada pelo tamanho dos círculos no diagrama e sua aproximação em relação ao passeio do cavalo-marinho. Os grupos mais importantes para a atividade são os visitantes, os próprios condutores (canoeiros) e os bogueiros. Os proprietários de canoas e os restaurantes (gastronomia), apesar de igualmente próximos ao passeio, têm importância menor que os três citados anteriormente. Após estes, figuram as agências de viagem e os hotéis e pousadas. O ICMBio e as comunidades Mangue Seco e Guriú apresentam o maior distanciamento da atividade, indicando menor envolvimento e importância. Chama a atenção a aproximação e importância dada aos bogueiros, categoria que compreende o transporte turístico terrestre, que inclui os veículos modelo pick-up, *buggy* e quadriciclo. Segundo os condutores, esse grupo é responsável por ofertar o passeio do cavalo-marinho aos visitantes e, devido à grande distância da Vila de Jericoacoara, transportá-los até os locais onde se inicia o trecho embarcado. É importante esclarecer que parte do valor arrecadado pelos condutores de turismo com cavalos-marinhos é obrigatoriamente repassado aos bogueiros, configurando uma relação de dependência, que se não for respeitada, pode incorrer na suspensão da oferta do atrativo ao visitante e o seu transporte. Outro ponto de destaque é o distanciamento do ICMBio em relação à atividade, que pode ser reflexo da finalização das discussões para a elaboração da portaria e ainda o encerramento do monitoramento das populações de cavalos-marinhos pelo Instituto Hippocampus.

Segundo a OMT (UNEP & UNTWO, 2005), o desenvolvimento de um turismo sustentável pautado nas dimensões ambiental, econômica e sociocultural deve buscar:

1. Aproveitar da melhor forma os recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade;
2. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, preservar sua cultura e seus valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural;

3. Garantir operações econômicas viáveis em longo prazo, fornecendo benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas que sejam distribuídos de forma justa, incluindo empregos estáveis e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, contribuindo para o alívio da pobreza.

A percepção dos condutores registrada no gráfico apresenta ênfase na dimensão econômica da atividade que, conforme seus relatos, não vai ao encontro do proposto pela OMT para um turismo sustentável, dada a dependência existente em relação aos trabalhadores do transporte, que podem ou não ofertar o atrativo em seus roteiros. No que diz respeito aos aspectos socioculturais, existe o reconhecimento por parte do ICMBio de suas formas de organização e observa-se a manutenção de embarcações tradicionais da região, bem como uso de materiais e técnicas locais (ex: uso de palha de Carnaúba – *Copernicia prunifera* e da madeira Sabiá – *Mimosa caesalpiniiifolia* para a construção de estruturas) nos pontos de apoio onde são recebidos os visitantes. Quanto à dimensão ambiental, os condutores manifestaram preocupação em relação à manutenção da população de cavalos-marinhos e conservação do manguezal durante a elaboração do gráfico, o que reforçou a necessidade de sua capacitação e monitoramento da atividade que realizam, tendo em vista os aspectos negativos apresentados no Quadro 3.

4. Processos formativos desenvolvidos para adequação à Portaria nº 579/2017

Em seu artigo 19, a Portaria nº 579/2017 define que a emissão de autorização do ICMBio para o serviço turístico de condução de visitantes no passeio do cavalo-marinho é condicionada à participação dos condutores em cursos com os temas “Primeiros socorros”, “Ambientes e normas do Parque Nacional de Jericoacoara” e “Conductor de turismo”. Dessa forma, nos meses de junho, setembro e outubro de 2018 foram ofertadas estas capacitações, envolvendo os 25 condutores atuantes na UC (Quadro 4).

Quadro 4 – Capacitações ofertadas aos condutores de turismo com cavalos-marinhos com atuação no Parque Nacional de Jericoacoara.

Curso	Número de participantes	Carga horária	Instituição ofertante
Primeiros socorros	25	20h	SEGSALUS
Ambientes e normas do Parque Nacional de Jericoacoara	25	4h	ICMBio
Conductor de turismo	24	12h	ICMBio

Fonte: O autor, 2021.

Os conteúdos das capacitações ofertadas aos condutores de turismo com cavalos-marinhos são descritos resumidamente a seguir:

4.1 Primeiros socorros

O curso de primeiros socorros foi promovido pelos próprios condutores em conjunto com instituição privada SEGSALUS Cursos e Eventos. Ao longo de quatro dias abordaram-se os seguintes: conceitos ao atendimento pré-hospitalar; ferimentos e fraturas em geral; urgências cardiológicas e cerebrais; ressuscitação cardiopulmonar; queimaduras; choque elétrico; imobilizações e remoções; obstrução das vias aéreas; quedas; concussões; intoxicação e envenenamento.

4.2 Ambientes e normas

Este curso abordou as características dos diversos ambientes existentes no PNJ, assim como as normas ambientais que incidem sobre eles e as atividades dos condutores de turismo com cavalos-marinhos, com destaque para a Lei nº 9.985/2000 (SNUC); o plano de manejo, que zoneia e propõe ações de gestão do PNJ para a UC e a Portaria nº 579/2017. Os conteúdos foram ministrados em forma de aula expositiva dialogada, em que os participantes interagiram com base em seus conhecimentos sobre a realidade local. Essa capacitação foi importante para relembrar os condutores sobre os limites e possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística no Parque, tendo em vista o desconhecimento das ações de gestão propostas no plano de manejo para a área onde são realizados os passeios, bem como

o longo tempo decorrido desde a elaboração participativa da portaria, quando informações sobre alguns desses regulamentos foram discutidas com os condutores.

4.3 Condutor de turismo

O curso apresentou aos condutores de turismo com cavalos-marinhos conceitos básicos sobre turismo, principais segmentos turísticos, princípios do ecoturismo e atividades desenvolvidas, turismo de base comunitária, experiências de turismo com fauna no Brasil

e em outros países, desafios, oportunidades e necessidades no turismo com fauna nas UCs brasileiras, conduta consciente em ambientes de praias e manguezais, interpretação ambiental para melhorar a experiência do visitante, e boas práticas no atendimento ao visitante. Os conteúdos foram trabalhados em forma dialogada (Figura 7 A) e além de palestras, foram utilizados outros recursos didáticos, como “chuva de ideias” (Fig. 7 B) ao se investigar a importância da atividade de condução de visitantes para os participantes, no conteúdo referente à interpretação ambiental e teatro (Fig. 7 C e D), na abordagem do conteúdo sobre boas práticas no atendimento aos visitantes.

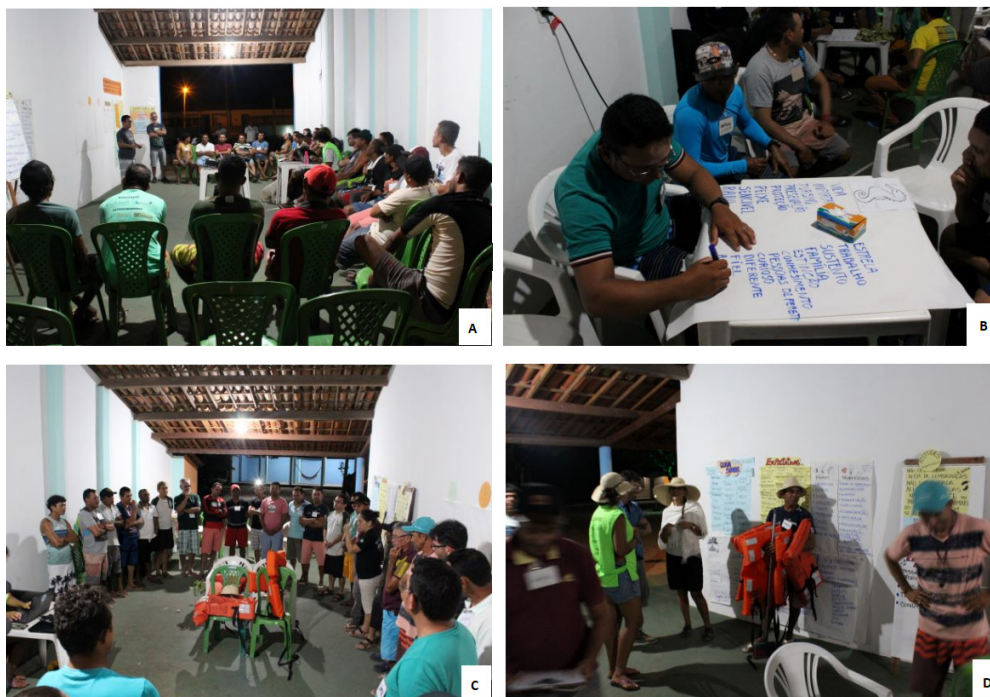


Figura 7 – Recursos didáticos empregados na capacitação “Condutor de Turismo”: A – exposição dialogada; B – chuva de ideias; C e D – teatro.

Fonte: O autor, 2021.

5. Envolvendo outros atores no planejamento do turismo com cavalos-marinhos

Em outubro de 2019, foi realizado o seminário “Pesquisa e Manejo do Turismo com Cavalos-Marinhos no Parque Nacional de Jericoacoara”. O evento, cujo principal objetivo era a formação de um grupo de trabalho interinstitucional para elaboração de uma proposta contendo um conjunto de normas para o desenvolvimento e melhor qualificação do turismo com os cavalos-marinhos, contou com a participação de pesquisadores, gestores de

unidades de conservação, professores, técnicos das secretarias municipais de meio ambiente e educação, representantes do setor hoteleiro, proprietários/gerentes de agências de turismo, e condutores de turismo com cavalos-marinhos.

Para promover o nivelamento de informações entre os participantes, o houve palestras em que se abordaram aspectos gerais do turismo em UCs e sua contribuição econômica para os locais onde é realizado; atividades turísticas realizadas no PNJ e seus impactos sobre a área protegida e o papel da concessão em sua qualificação; experiências

de turismo com fauna e os desafios para sua implementação, biologia dos cavalos-marinhos e estratégias para sua conservação. Considerando que o evento reuniu um público diverso, e visando coletar subsídios para a qualificação e eventual mudança no escopo do turismo com cavalos-marinhos, após as palestras os participantes foram divididos aleatoriamente em quatro grupos e solicitados a identificar os aspectos positivos e negativos da atividade no PNJ. Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Aspectos positivos e negativos do turismo com cavalos-marinhos identificados no Parque Nacional de Jericoacoara/CE, em outubro de 2019.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Aumenta a renda do município e gera empregos	Contenção do cavalo-marinho em potes de vidro
Preservação do local em virtude do turismo	A comunidade abandona suas atividades tradicionais para trabalhar com turismo
Maior visibilidade à conservação da espécie	Impacto de um turismo massivo sobre uma espécie ameaçada
Amplia a visibilidade do bioma manguezal	Falta de informação por parte dos turistas (e até mesmo dos donos de pousadas) sobre a viabilidade ambiental do passeio
Promove melhorias no turismo	Falta de sinalização nas gamboas
Promove educação ambiental para as comunidades e para os turistas	Falta de informação sobre a realidade ambiental local (outras espécies, processos ecológicos)
Fortalecimento da organização comunitária	Falta de sincronia entre o que é vendido ao visitante e o que ele irá encontrar no passeio (ex: na época chuvosa os cavalos-marinhos podem não ser vistos)
É um adicional ao pacote turístico de Jericoacoara	Nome inadequado do passeio, pois gera uma expectativa do turista, sendo que não lhe é garantida a observação da referida espécie (um nome mais adequado seria “Conhecendo o Manguê” ou afim)
Promove aproximação das pessoas com a natureza	Falta de informação dos condutores sobre a geografia da UC e as espécies presentes, gerando reclamações dos visitantes sobre um passeio curto e pobre em explicações
	Ocorrência de acidentes (com os visitantes, ex. quedas) por falta de informação
	Infraestrutura dos empreendimentos que oferecem o passeio é deficiente

O seminário foi uma oportunidade importante para a ampliação do debate sobre o turismo com cavalos-marinhos no PNJ ao envolver atores que até então não haviam participado de

discussões para seu ordenamento, ou o tinham feito de forma pontual. Entretanto, em virtude da ausência de alguns convidados cuja participação era importante no GT, além do tempo não ter sido suficiente para a condução das discussões, não foi possível a formação do grupo de trabalho interinstitucional. A necessidade de formação do GT permanece e, assim que o cenário de pandemia permitir, a equipe gestora do projeto deve retomar as discussões para a sua formação.

Considerações Finais

O fato de *H. reidi* ser espécie ameaçada de extinção segundo critérios brasileiros (MMA) e internacionais (IUCN), torna necessário um constante monitoramento das atividades antrópicas que incidem sobre a espécie. No entanto, a trajetória do turismo com cavalos-marinhos no Parque Nacional de Jericoacoara, demonstra que a atividade foi iniciada dentro desta UC de Proteção Integral sem planejamento e, por muitos anos, desenvolveu-se sem o adequado monitoramento por parte do ICMBio, órgão gestor da área protegida. Esses fatores explicitaram a necessidade de sua normatização, oferta de capacitações aos condutores do turismo com cavalos-marinhos e requalificação da atividade, de maneira a ampliar o seu olhar para todo o manguezal, ao invés de focar em uma só espécie e utilizando a interpretação ambiental como ferramenta para sensibilização do visitante e para a conservação do cavalo-marinho e outras espécies presentes na UC.

Nesse sentido, a forma como a elaboração e implementação da Portaria nº 579/2017 aconteceu, promovendo o diálogo entre os condutores de turismo com cavalos-marinhos e os técnicos do ICMBio, representa um novo momento no histórico do turismo de interação com fauna no PNJ. Esse diálogo permite que as partes envolvidas aprofundem sua compreensão sobre o turismo de interação com cavalos-marinhos no PNJ, trazendo elementos para que os condutores realizem a atividade de forma sociambientalmente sustentável, com o apoio do ICMBio e demais parceiros. É necessário que esta estratégia tenha continuidade, por meio do planejamento participativo das próximas ações à luz dos diagnósticos realizados até o momento e do plano de manejo do Parque Nacional de

Jericoacoara, o que certamente trará novas perspectivas e contribuirá para o fortalecimento da relação do ICMBio com os diferentes atores relacionados, para o adequado uso público na UC e para a conservação dos cavalos-marinhos.

Agradecimentos

Agradecemos à Petrobras que financiou, através da Refinaria Abreu & Lima e do Programa Petrobras Socioambiental, as atividades do Projeto Hippocampus no período de 2011 a 2015. Também agradecemos aos condutores, à equipe e voluntários do Parque Nacional de Jericoacoara, pela colaboração na organização dos cursos e apoio nas atividades de campo.

Referências

- Boo EO. 2001. Planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: Lindberg K.; Hawkins DE. (orgs.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão, p. 31-57. São Paulo: Editora Senac. 292p.
- Brasil. 2009. Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: Curso de Segmentação do Turismo. Florianópolis: MTur/SEAD/UFSC. 312p.
- Curtin S. Wildlife tourism: The intangible, psychological benefits of human-wildlife encounters. *Current Issues in Tourism*, 12(5): 451-474, 2009. <https://doi.org/10.1080/13683500903042857>
- Drummond MS. Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação. Realização Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA, 2009.
- Duffus DA, Dearden P. Recreational use, valuation, and management of killer whales (*Orcinus orca*) on Canada's Pacific coast. *Environmental Conservation*, 20(2), 149-156, 1993. <https://doi.org/10.1017/s0376892900037656>
- Gasparini JL et al. Marine Ornamental Trade in Brazil. *Biodiversity and Conservation*, 14: 2883-2899, 2005. <https://doi.org/10.1007/s10531-004-0222-1>
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2011. Proposta de Plano Nacional de Gestão para o uso sustentável de Cavalos-Marinhos do Brasil. 104p.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2011. Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara. Encarte 4 – Planejamento. <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Planejamento.pdf>> Acesso em: 29/04/2021.
- ICMBio. Relatório Consolidado do Processo Participativo de Elaboração da Portaria Institucional de Regulamentação das Atividades de Condutores de Turismo e Canoeiros do Passeio Ecológico do Cavalo-Marinho no Parque Nacional de Jericoacoara. Processo SEI 02070.003133/2015-24. 2015. Acesso em 19/04/2021.
- ICMBio. Portaria n. 579 de 11 de outubro de 2017. Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a autorização de uso para o exercício das atividades comerciais de condução de visitantes e condução embarcada de visitantes para o passeio ecológico do cavalo-marinho no Parque Nacional de Jericoacoara. *Diário Oficial da União*, Seção 1, P. 79-80. 11/10/2017.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2019. Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018. <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018>>. Acesso em: 25/04/2021.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ROVUC - Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação. Brasília: ICMBio, 2018. <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf> Acesso em 20/03/2021.
- Instituto Hippocampus. Nota Técnica nº PH02-18. Estudo de parâmetros populacionais do cavalo-marinho Hippocampus reidi no Parque Nacional de Jericoacoara, CE. Ipojuca, 2018. 13p.
- Mittermeier RA, Robles GP, Mittermeier CG. 1997. Megadiversity: Earth's biologically wealthiest nations. Mexico City: CEMEX/Agrupación Sierra Madre. 501p.
- Mittermeier RA et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, 1(1): 14-21, 2005.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 444, Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. *Diário Oficial da União* 245: 121-126, 2014.
- MTur – Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Ministério do Turismo, 2010.

- Nakamura M, Nishida T. Chimpanzee tourism in relation to the viewing regulations at the Mahale Mountains National Park, Tanzania. *Primate Conservation*, 24, 85-90, 2009. <https://doi.org/10.1896/052.024.0106>
- Newsome D, Dowling R & Moore S. 2005. *Wildlife Tourism*. Clevedon: Channel View Publications. 299p.
- Orams MBA conceptual model of tourist-wildlife interaction: The case for education as a management strategy. *Australian Geographer*, 27(1), 39-51, 1996. <https://doi.org/10.1080/00049189608703156>
- Orams MB. Feeding wildlife as a tourism attraction: issues and impacts. *Tourism Management*, 23(3), 281-293, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00080-2](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00080-2)
- Reynolds PC, Braithwaite D. Towards a conceptual framework for wildlife tourism. *Tourism Management*, 22(1): 31-42, 2001. [https://doi.org/10.1016/s0261-5177\(00\)00018-2](https://doi.org/10.1016/s0261-5177(00)00018-2)
- Romagnoli FC. 2009. Interpretação ambiental e envolvimento comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis*. Dissertação (Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior). Universidade Federal do Amazonas.
- Rosa IL et al. Dados populacionais de cavalos-marinheiros *Hippocampus reidi* Ginsburg, 1933 (Teleostei: Syngnathidae) capturados para fins de aquarismo no Nordeste do Brasil. *Boletim Técnico Científico do CEPENE* 13(1): 25-38, 2005.
- Silveira RB. 2005. Dinâmica populacional do cavalo-marinho *Hippocampus reidi* (Syngnathidae) no manguezal de Maracaípe, Ipojuca, PE. Tese (Doutorado em Zoologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 129p.
- Silveira RB et al. C. Morphological and molecular evidence for the occurrence of three *Hippocampus* species (Teleostei: Syngnathidae) in Brazil. *Zootaxa*, 3861(4): 317-332, 2014.
- Smith H, Samuels A, Bradley S. Reducing risky interactions between tourists and free-ranging dolphins (*Tursiops* sp.) in an artificial feeding program at Monkey Mia, Western Australia. *Tourism Management*, 29(5): 994-1001, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.01.001>
- Sundström S. 2003. El Ecoturismo como instrumento para desarrollo sostenible. Un estudio comparativo de campo entre Suecia y Ecuador. *Institutionen för Kultur och kommunikation*. Karlstads Universitet, Suécia. 37p.
- Tremblay P. Tourism wildlife icons: attractions of marketing symbols? *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 9(2): 164-180, 2002.
- UNEP & UNWTO – United Nations Environment Program & United Nations World Tourism Organization. *Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy Makers*. 2005. Disponível em <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/8741/-Making%20Tourism%20More%20Sustainable_%20A%20Guide%20for%20Policy%20Makers-2005445.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em 30/11/2021.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. *Ecotourism and Protected Areas*. 2002 Disponível em <<https://www.unwto.org/sustainable-development/ecotourism-and-protected-areas>>. Acesso em 20/03/2021>
- Vidal MD. Botos e turistas em risco. *Ciência Hoje*, 47(281): 73-75, 2011.
- Vidal MD et al. Ordenamento participativo do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas, Amazonas, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Naturais*, 12(1): 23-36, 2017.
- Vidal MD et al. Percepción de habitantes locales sobre los impactos socioeconómicos y conservacionistas del turismo con botos en el Parque Nacional de Anavilhanas, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 28: 802-817, 2019.
- Vidal MD et al. Challenges and advances in the planning of tourism with Amazon River dolphins in the Brazilian Amazon, p. 1-16. In: Khan, S. A. R. (Org.). *Tourism*. London: IntechOpen, 2020. <https://doi.org/10.5772/intechopen.93894>

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas
n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886